

Ivan Targino

Doutor em Economia, Professor do PPGE, UFPB.

E-mail: emilia@funape.ufpb.br

A LUTA PELA TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar, sucintamente, um panorama das diversas formas que a luta contra o monopólio da propriedade fundiária e por uma distribuição mais igualitária da terra no Brasil. A luta pela terra tem-se constituído na expressão mais evidente e permanente da luta de classes no país. Mesmo com o fim do modelo primário exportador e a intensificação da urbanização, a propriedade da terra continuou sendo um marco de poder econômico e político, permanecendo também como um instrumento de dominação de uma minoria sobre a maior parte da população.

Palavras-chaves: movimentos sociais rurais – reforma agrária – questão agrária

ABSTRACT

The objective of this article is to present, briefly, an overview of the diverse forms of struggle throughout Brazilian history against the monopoly of land ownership and for a more egalitarian land distribution. The struggle for land has turned to be, concretely, up to now, the most clear and permanent expression of the class struggle in the country. Even with the end of the primary sector export model and the intensification of the urbanization process, land ownership continued to be a symbol of political and economic power, remaining an important instrument of appropriation and wealth accumulation, and domination of a minority upon the vast majority of the population.

Key-words: rural social movements – land reform – agrarian question.

1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PERÍODO COLONIAL

Em sendo a terra o elemento constitutivo fundamental da organização social e econômica excludente implantada no Brasil pelos portugueses, entende-se facilmente porque a sua posse foi, ao longo do tempo, objeto de disputa. Essa disputa ocorreu sob diferentes formas, podendo-se ressaltar pelo menos três modalidades ou manifestações:

- a) a primeira forma de luta pela terra e a mais importante se deu entre colonizadores e indígenas. À medida que se delineia e se consolida o modelo de colonização a ser implantado no Brasil, isto é, a extração do excedente colonial a partir da produção e da exportação de produtos primários, as terras indígenas passam a ser cobiçadas e apropriadas pelo branco colonizador. Daí porque o primeiro século do domínio português foi essencialmente um período de expropriação dos índios e de captura da terra sob o manto da legislação sesmarial;
- b) a segunda modalidade foi o litígio entre proprietários, resultante, muitas vezes, da superposição das áreas doadas em sesmaria. A existência de diversas cartas régias

- tentando regular essa questão dá uma dimensão aproximada do que foi esse conflito;
- c) a terceira feição que assume a luta pela terra diz respeito aos conflitos entre sesmeiros e pequenos posseiros. Nos relatos dos “viajantes”, é possível encontrar registros dos conflitos entre esses dois grupos. Ao se situarem em áreas marginais dos engenhos e das fazendas, os posseiros mantinham uma relação de funcionalidade positiva com aquelas unidades, seja enquanto fornecedores de gêneros alimentícios, seja enquanto supridores de mão-de-obra mais qualificada. Não obstante essas relações, as situações conflituosas surgiam, principalmente, nos momentos de crescimento da atividade canvieira quando os engenhos passavam a requerer as terras dos posseiros para a expansão do plantio (WANDERLEY: 1975).

Note-se que as formas que a luta pela terra assumiu naquele período, não se constituíam em oposição aos parâmetros da organização fundiária colonial em si, mas eram antes modalidades de ajustes à implantação e à consolidação do modelo. É bom lembrar que nem mesmo os

movimentos libertários, tal como a Inconfidência Mineira, colocavam em discussão ou questionavam a organização fundiária vigente.

Durante todo o período colonial, a formação dos quilombos foi, praticamente, a única reação à estrutura fundiária em vigor, ainda que o motor principal da sua formação fosse a busca da liberdade e não a contestação ao modo de distribuição da propriedade fundiária. Ao longo de todo o período de vigência da escravatura, a formação de quilombos foi uma constante. A fuga dos maltratos corporais, do trabalho forçado, enfim, da perda completa da individualidade levavam os escravos a fugirem dos senhores e a se refugiarem em áreas de acesso difícil, em particular nas áreas mais elevadas, protegidas, via de regra, por uma formação vegetal de floresta.

De modo geral, a organização social dos quilombos era marcada pela presença de um chefe, recuperação da organização tribal africana, mas também imposição das estratégias de defesa contra as investidas do poder colonial. A terra era considerada um bem coletivo, não obstante as famílias pudessem explorar as suas próprias lavouras. Essa forma de reação, embora tenha perpassado todo o período colonial, não se constituiu em um perigo, nem para a ordem escravocrata, nem para a ordem latifundiária. Os quilombos assumiram, via de regra, expressão marginal. O Quilombo de Palmares foi a única experiência de maior porte que de alguma forma colocou em cheque tanto o domínio colonial sobre uma área relativamente significativa, quanto a formação de um espaço estruturado sobre uma forte desigualdade social. Daí as sucessivas investidas militares até que se conseguisse a sua completa destruição.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA NO IMPÉRIO.

O período imperial foi pródigo em organização de movimentos sociais e políticos, muitos deles apresentando uma forte ligação com a questão agrária, entre os quais podem ser destacados:

- a **Cabanagem**, movimento que aglutinou a população pobre do Pará e que durou de 1835 a 1840. Entre os objetivos básicos da revolta popular estavam o fim da escravidão e a redistribuição das terras, como medidas para combater as injustiças sociais. Os revoltosos conseguiram tomar a capital da Província e instalar um governo popular. O governo imperial mandou várias tropas para

combater o movimento, tendo sido derrotado, finalmente, em 1840. A respeito da Cabanagem, escreveu PRADO (1979: 71): “É ela um dos mais, senão o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe contudo a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder”.

- a **Balaiada** foi um movimento de caráter nitidamente popular que eclodiu no Maranhão entre 1838 e 1841. Embora não tenha tido uma clareza de objetivos tão forte como a Cabanagem, ela representou uma revolta contra a opressão a que estavam submetidos os vaqueiros, camponeses e escravos, por parte dos grandes fazendeiros. Faltou ao movimento uma articulação que permitisse uma maior integração entre os diversos segmentos, daí a sucessão de levantes realizados sem obedecer a uma organização prévia. No dizer de Caio Prado, a Balaiada não se “apresentou como um único movimento, mas pelo contrário, caracteriza-se por sucessivos e ininterruptos levantes”... motivados “pela luta das classes médias, especialmente urbana, contra a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas, grandes proprietários rurais, senhores de engenho e fazendeiros, que se implantara no país” (PRADO, 1957: 73-74) Essa falta de unicidade no movimento é também evidenciada pelo fato dos escravos, depois de reprimidos pelas forças legais, terem sido perseguidos por líderes balaios. A repressão contra o movimento foi muito forte, tendo sido mortos cerca de 12 mil camponeses, vaqueiros e escravos.
- a **campanha abolicionista** foi um movimento social de grande envergadura, envolvendo políticos, representantes do clero, estudantes e grupos populares. Pelo menos duas correntes podem ser identificadas no movimento: uma moderada, que procurava restringir a discussão no âmbito do legislativo, isto é, advogavam uma extinção gradativa da escravidão, reconhecendo os direitos dos proprietários e, em conseqüência o pagamento de indenizações aos senhores de escravos, a essa corrente filiavam-se figuras como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco e outra radical, que advogava uma ampla participação popular e incentivava a revolta dos escravos contra os senhores, desconhecendo os direitos dos proprietários e exigindo a abolição imediata,

sem indenização; eles organizavam fundos para financiar cartas de alforrias; eram adeptos dessa última corrente Luís Gama, Silva Jardim, Raul Pompéia (ANDRADE, 1987: 31). Isso sem esquecer que vários dos movimentos nativistas alinhavam à luta pela independência a extinção da escravidão o que lhes dificultava a adesão dos proprietários de terra.

Não é demais lembrar que o movimento abolicionista restringiu-se a um grupo de pessoas da classe dominante ou do estamento burocrático que, por razões humanitárias, empunharam a bandeira da libertação dos escravos. Na verdade, esse grupo associava-se à reação dos próprios escravos que, “conscientes da situação injusta a que estavam submetidos, se levantavam, assassinavam os senhores ou simplesmente fugiam para os quilombos situados em locais de difícil acesso ou se refugiavam nas cidades.” (ANDRADE, 1987: 34)

Além da mobilização interna, a luta pela abolição foi fortemente influenciada pela posição da Inglaterra, de combate ao tráfico negreiro, mesmo antes da extinção da escravidão em suas colônias, em 1833. Além dos aspectos humanitários, essa posição inglesa tinha fortes condicionantes políticos e econômicos. A escravidão constitui um impedimento ao desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, em plena expansão, pois tanto reduzia o mercado consumidor para os seus produtos, já que os escravos não tinham poder de compra, quanto o capital empregado na aquisição de escravos era um vazamento importante nos fluxos de renda que poderiam se destinar à compra das mercadorias inglesas. Em 1845, a Inglaterra tomava a decisão unilateral de proibir e combater o tráfico de escravos, dando à sua esquadra o poder de apreender as cargas dos navios negreiros, através da aprovação da lei que ficou conhecida como Bill Aberdeen. A pressão externa revigora-se com a abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 1865, pois vai deixar o Brasil na incômoda posição de ser, ao lado de Cuba, o último reduto da escravidão na América.

Como resultado, tanto da pressão interna, quanto da externa, apesar da forte oposição da aristocracia fundiária, o processo de extinção da escravidão vai ganhando terreno com a promulgação de sucessivas leis: a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que extinguiu o tráfico negreiro e autorizava a expulsão dos traficantes do país; a Lei do Ventre Livre (1871), que declarava livres os filhos dos escravos nascidos a partir daquela data; a Lei dos Sexagenários (1885), que concedia alforria aos escravos com mais de 60

anos. e, finalmente, a Lei Áurea (1888) que continha dois artigos:

Art. 1º – É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

A luta pela abolição trouxe no seu bojo a discussão sobre a questão da propriedade fundiária. Alguns grupos abolicionistas afirmavam ser necessário conceder ao escravo liberto um pedaço de terra como garantia de sua liberdade econômica e social, tal como havia ocorrido nos Estados Unidos, pois a concessão da liberdade sem o acesso à terra seria condenar os escravos a um novo tipo de servidão. Essa posição foi severamente criticada pelo poder escravocrata e mesmo pelos abolicionistas moderados, vez que implicaria, de um lado, na quebra do poder político dos senhores de terra e, de outro lado, na desestruturação da organização produtiva na agricultura, pois implicaria na eliminação da oferta de trabalho nas fazendas e engenhos. A posição dos abolicionistas “moderados” e dos escravocratas terminou prevalecendo, de modo que a abolição da escravatura foi promulgada sem a concessão da propriedade fundiária aos novos “livres”.

Pelo exposto, verifica-se que, apesar de toda a “agitação” dos movimentos sociais ao longo do período imperial e das mudanças na legislação, a estrutura fundiária concentrada e excludente não sofreu alterações maiores a não ser no sentido de consolidá-la e reforçá-la.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E CONQUISTAS POLÍTICAS NA REPÚBLICA

O caráter excludente da estrutura fundiária se, por um lado, gerou uma massa de trabalhadores subordinados e “ordeiros”, por outro lado, permitiu o surgimento de movimentos que, direta ou indiretamente, representavam um questionamento da ordem fundiária em vigor. Ao longo da história republicana do Brasil, não são poucos os casos de reação.

Na verdade, podem-se destacar três fases distintas dos movimentos de organização popular que de algum modo questionaram a forma de distribuição da terra no Brasil. A primeira fase pode ser identificada com o período da República Velha, quando surgiram vários movimentos de caráter messiânico que, embora não contestassem diretamente a ordem latifundiária, apresentavam formas organizativas baseadas na propriedade coletiva do solo. A se-

gunda fase inicia-se a partir da década de 40, com o processo de redemocratização do país, e estende-se até o golpe militar de 1964, quando organizações de massa assumem a luta pela Reforma Agrária. A terceira fase inclui os períodos de resistência à ditadura militar e de redemocratização do país, com a organização de movimentos pela reforma agrária encabeçados, seja pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), da CNBB, seja pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

3.1. O PERÍODO DOS MOVIMENTOS MESSIÂNICOS

Nessa primeira fase, pode-se destacar três grandes movimentos, a saber:

- **Canudos** representa o primeiro grande conflito da nova ordem republicana com um movimento popular de expressão. Em 1893, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, depois de ter saído do Ceará e percorrido os sertões de Pernambuco e Sergipe, fixa-se em Canudos com os seus seguidores. Vindos de todos os cantos do Nordeste, os devotos de Antônio Conselheiro formaram uma comunidade de beatos, alicerçada em torno de uma vida comunitária, precursora da “terra prometida”. Belo Monte chegou a ter cerca de 5 mil casas e uma população de aproximadamente 25 mil habitantes. A organização sócio-econômica de Canudos estava assentada na propriedade coletiva do solo, onde se explorava as culturas alimentares básicas (feijão, milho, mandioca, batata-doce) e na criação de rebanhos de pequeno porte (cabras, ovelhas), para garantir o sustento da população, que era complementado pela administração de um fundo formado por 30% dos bens dos que desejavam ingressar na comunidade e pelas doações dos fazendeiros da vizinhança. O Conselheiro detinha o controle de Canudos, repreendendo e castigando os que transgrediam as normas, por exemplo, na ausência nas rezas e no uso da bebida. Canudos representava vários tipos de ameaças: para a república nascente, era vista como um movimento de retorno à monarquia; para a Igreja, um movimento religioso que se solidificava fora do seu controle hierárquico; para o latifúndio, uma ameaça à ordem fundiária temerosa de invasões e saques. Desse modo, era preciso destruir Canudos. Depois de quatro expedições militares, a resistência popu-

lar foi vencida em 1897. Bombardeios de canhões, incêndio, chacina a sangue frio destruíram completamente o povoado de Belo Monte e ceifaram a vida dos beatos e romeiros. Do vilarejo restou apenas um cruzeiro na frente da velha Igreja;

- a guerra do **Contestado** teve como palco uma região situada entre os estados de Santa Catarina e Paraná, que era contestada entre eles, daí o nome de “Região do Contestado”. Nessa área, vivia um grande número de pequenos produtores rurais, explorando suas próprias culturas ou trabalhando em fazendas. A revolta surge com a autorização dada pelo governo brasileiro a duas empresas americanas, para a construção de uma estrada de ferro, e com a concessão das terras situadas às margens da ferrovia àquelas empresas. Os camponeses ameaçados de expulsão de suas terras se organizaram em torno do Monge João Maria, fundando a Monarquia Celeste. Com sua morte, ele foi substituído pelo monge José Maria. Tal como em Canudos, eles se organizaram segundo normas comunitárias e igualitárias. Contra o movimento juntaram-se os grandes proprietários da região, as duas empresas estrangeiras e os governos estaduais e federal. Essa reação organizada tinha como objetivo a destruição da organização dos camponeses e a sua expulsão das terras que ocupavam. Tropas do exército brasileiro, com um contingente de mais de 7 mil homens armados de canhões e metralhadoras foram designadas para destruir a Monarquia Celeste. A Guerra do Contestado durou de 1912, quando o monge José Maria pereceu em combate, a 1916, quando foram destruídos os últimos núcleos;
- em **Caldeirão** (CE), agruparam-se romeiros, provenientes do semi-árido nordestino, em torno da figura do Beato José Lourenço¹, sob a proteção do Padre Cícero Romão. Fundaram o povoado de Santa Cruz, com cerca de duas mil casas. A vida da comunidade organizava-se em torno de dois eixos: o trabalho e a oração. O trabalho era exercido nas terras cedidas (ou tomadas) por grandes proprietários, sendo o fruto do trabalho distribuído coletivamente para atender às necessidades da coletividade. Com a morte do Padre Cícero, o governo do Estado do Ceará investiu pesadamente contra essa comunidade. Em 9 de setembro de 1936, um batalhão coman-

¹ José Lourenço era um negro forte, procedente de Bananeiras, na Paraíba, que migrou para o Juazeiro do Padre Cícero por volta de 1890. Passa a praticar penitências e a fazer pregação, tendo atraído a atenção do Padre Cícero Romão, que cede o sítio Caldeirão, de sua propriedade, para o Beato Lourenço se instalar juntamente com os seus seguidores.

dado por Cordeiro de Farias Neto ataca Caldeirão. Os bens dos camponeses são confiscados e suas casas queimadas (cerca de 400). Os camponeses resistem e formam um novo agrupamento. Dessa vez o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, envia um batalhão de 200 soldados e três aviões para acabar com o novo agrupamento. Os camponeses são massacrados (TAVARES, 1999: 52). Era preciso acabar com “a influência comunista” no domínio do latifúndio. A comunidade é destruída, os principais líderes mortos e a terra livre incorporada aos domínios dos coronéis.

Todos esses movimentos tinham em comum a proposição de uma forma alternativa de organização social, fundada no trabalho agrícola com a posse coletiva da terra. Essa constatação, contudo, não permite inferir que esses movimentos tenham se constituído em movimentos de contestação à ordem política em vigor e, muito menos, em contestação à ordem fundiária vigente. As formas coletivas de apropriação do solo eram, na verdade, muito mais uma estratégia de sobrevivência daqueles grupos sociais, tendo em vista a garantia do abastecimento de alimentos, do que uma revolta contra o latifúndio em si mesmo.

A República Velha caracterizou-se pela manutenção do poder da velha oligarquia rural, agora sob a forma do coronelismo fundado, economicamente, na intensa exploração do trabalhador rural e dos camponeses e, politicamente, no seu controle e na sua exclusão. Afora, portanto, os movimentos messiânicos, durante todo o período que vai da proclamação da república até o fim do Estado Novo, a população rural fica inteiramente subordinada ao poder dos proprietários locais e das instâncias governamentais por eles controladas.

3.2. ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MASSA NO CAMPO

Com a redemocratização do país, em 1946, inicia-se o processo de reorganização dos trabalhadores rurais, que permaneceram praticamente sem qualquer iniciativa política durante todo o Estado Novo. Dada a sua completa desorganização política, entende-se porque nem mesmo as vantagens da legislação trabalhista da Era Vargas lhes beneficiavam, ou, quando favoreciam, não eram implementadas, a exemplo do decreto 7.038, de 1944, que autorizava a criação de sindicatos rurais (AZEVEDO, 1982: 55). Num primeiro momento, todo o trabalho de organização dos trabalhadores rurais vai ser realizado pelo Partido Comunista Brasileiro, através da criação das ligas camponesas. Segundo AZEVEDO, elas surgem “sob a forma de associações civis que permitiam a mobilização e

a organização dos camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do Código Civil. A forma jurídica adotada, por outro lado, contornava as dificuldades de caráter político e burocrático, que se interpunham à criação dos sindicatos rurais”. (1982: 55)

Esse processo vai ser refreado com a decretação da ilegalidade do PCB, a partir de 1947. Diante da repressão que se abate sobre o partido, as ligas criadas são desmanteladas, havendo um forte retrocesso no processo organizativo dos trabalhadores rurais. A respeito da incapacidade de sobrevivência das Ligas, face à repressão que sobre elas se abateu, AZEVEDO afirma: “Desta forma, em pouco tempo e sem condições de esboçar alguma resistência, a maior parte dessas entidades foi desarticulada e extinta. Na verdade, nesse curto período de vida, elas não conseguiram criar uma base de massa, nem projetar nenhum líder camponês de expressão nacional, regional ou mesmo local” (1982: 57).

Numa tentativa de reorganização do movimento dos trabalhadores, na primeira metade dos anos cinqüenta, foram realizadas a 1ª e a 2ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, em 1953 e 1954, respectivamente. Ao final da 2ª Conferência foi criada a ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), sendo fortemente influenciada pelo PCB (SIGAUD, 1979).

Chama-se a atenção para o 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais, realizado sob forte coação policial, em 1954, na cidade de Limoeiro-PE (AZEVEDO, 1982:58). A realização desse Congresso pode ser entendida como um resgate do intenso trabalho de organização de ligas camponesas em Pernambuco. Com efeito, nesse Estado, o trabalho do Partido Comunista tinha dado atenção especial à organização dos trabalhadores rurais, onde as ligas “desenvolvem-se criando escolas e outras formas de assistência. Expandem-se pelo interior do Estado, em Pau d’Alho, São Lourenço da Mata, Escada, Goiânia, Vitória de Santo Antão, constituindo um sistema de auto-defesa dos trabalhadores do campo sobre os quais houvesse ameaça de expulsão.” (SILVA, 1998: 111)

É no contexto dessa mobilização realizada pelo PCB que, na segunda metade dos anos cinqüenta, pela primeira vez na Zona da Mata e porque não dizer na história do Brasil, vai surgir um movimento de massa expressivo junto aos trabalhadores rurais, reivindicando explicitamente a mudança na estrutura fundiária, isto é, organizado em torno da bandeira da reforma agrária.

O foco disseminador desse movimento foi a fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Per-

nambuco (SAPPP). Essa Sociedade foi fundada no Engenho Galiléia, sob a liderança de José dos Prazeres, no município de Vitória de Santo Antão, em 1955. Nesse engenho de fogo morto, residiam 140 famílias que, na qualidade de pequenos arrendatários, cultivavam lavouras de subsistência em aproximadamente 500 hectares de terra. “Entre os objetivos principais da recém-criada Sociedade Agrícola ... figuravam fins basicamente assistenciais, como a formação de um fundo mútuo para a assistência médica e jurídica, criação de escolas e de uma caixa funerária para os associados”. (AZEVEDO, 1982: 60) O seu primeiro presidente foi um militante do PCB, Paulo Travassos, o que robustece o entendimento de que a SAPP se inscreve no contexto do esforço de organização dos trabalhadores rurais empreendido pelo PCB, desde a década de quarenta, como visto anteriormente (MORAIS: 1976).

Após o início “pacífico” da Sociedade que, inclusive, tinha como seu Presidente de Honra o próprio proprietário do Engenho, Sr. Oscar de Arruda Beltrão, inicia-se a repressão. Temeroso dos rumos que a Sociedade assumia, um filho do Sr. Oscar Beltrão assume a administração do Engenho, leva o pai a renunciar ao cargo de Presidente de Honra, eleva o valor do foro e inicia o processo de expulsão dos posseiros e foreiros. Diante das investidas, os trabalhadores buscam apoio na capital do Estado. Esse apoio vai se materializar na criação de uma comissão pluripartidária de deputados e na assistência jurídica prestada gratuitamente pelo deputado estadual Francisco Julião de Paula, que assume a defesa dos trabalhadores e, na seqüência, é eleito presidente de honra da Sociedade. A luta pontual do Engenho Galiléia vai ser solucionada com a desapropriação das terras em 1959 pelo governo Cid Sampaio. Não satisfeitos com a proposta de distribuição das terras feita pela Companhia de Revenda e Colonização (CRC)², órgão do governo estadual criado naquele momento, os moradores do Engenho continuam na luta até 1963 quando o governador Miguel Arraes decidiu liberar as terras para distribuição entre os moradores do Engenho.

A luta do Engenho Galiléia desencadeou o processo organizativo dos trabalhadores rurais em Pernambuco. Com efeito, as “ligas institucionalizaram-se, após o 1º Congresso Camponês de Pernambuco, como uma organização centralizada e verticalizada, estruturada da cidade para o campo, sempre tendo como base a experiência de Galiléia. Sua organização como entidade estadual visava facilitar a expansão das ligas através da fundação de novas delegacias ou núcleos em todo o estado. Seu núcleo dirigente era o Conselho Regional, responsável por todas as decisões que diziam respeito às ‘definições táticas e estratégicas de ação política’, bem como as suas articulações políticas com outros setores da sociedade, atuando como seu “núcleo político e ideológico”... No interior do estado, as ligas eram constituídas por núcleos locais denominados ‘delegacias’, formados por camponeses e dirigidos por uma diretoria e pela assembléia geral dos sócios” (JACCOUD, 1990: 37).

Em pouco tempo as Ligas se disseminam por todo o estado de Pernambuco. Segundo AZEVEDO (1982: 73), em 1961 havia cerca de 10 mil associados e já estavam organizadas em 40 municípios (1982: 73). Essa irradiação se dá também em outros estados da Federação. Em 1962, as Ligas Camponesas já estavam presentes em 13 dos 22 Estados brasileiros (MORAIS, 1976: 121), tendo maior expressividade nos Estados da Paraíba³ e Goiás.

À medida que o movimento foi se expandindo, foram crescendo as divergências na orientação do movimento em relação ao PCB. A orientação do Partido era a formação de uma aliança operário-camponesa com o apoio da burguesia nacional, objetivando a conquista de um governo democrático, enquanto as Ligas negavam o caminho pacífico da tomada do poder e defendiam uma reforma agrária radical. Esse conflito leva à ruptura das Ligas com o PCB, ainda em 1961, por ocasião do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que teve lugar em Belo Horizonte (JACCOUD, 1990: 39 e AZEVEDO, 1982: 82). A partir de então, o PCB passa a atuar no processo de sindicalização dos trabalhadores rurais,

² À Companhia competia elaborar um plano de colonização para as zonas críticas da Zona da Mata e do Agreste de Pernambuco. No caso do Engenho Galiléia, a Companhia previa a divisão dos 500 hectares do Engenho em lotes de 10 hectares e que seriam distribuídos entre 47 famílias. As famílias restantes deveriam ser beneficiadas com lotes em terras de dois outros engenhos adquiridos pelo Estado para essa finalidade (AZEVEDO, 1982: 82).

³ Na Paraíba, as Ligas têm no município de Sapé o seu núcleo inicial e mais forte no município de Sapé, mas que logo se amplia para os demais municípios da Zona da Mata e do Agreste. No município de Rio Tinto, o movimento também teve uma presença marcante, chegando a eleger o prefeito do município, em 1962, em articulação com os operários da fábrica de tecido. Para uma análise mais acurada das Ligas Camponesas na Paraíba, veja LEMOS (1996), BANDEIRA (1997) e BENEVIDES (1986).

adotando como estratégias para organização dos trabalhadores rurais a luta pelo salário mínimo, redução do arrendamento das terras, defesa jurídica dos seus assegurados (em particular por ocasião dos despejos) e a defesa de uma legislação trabalhista específica para o campo.

3.3. REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NO CAMPO

Com o golpe militar, houve o desmantelamento dos movimentos de massa presentes no campo: as ligas camponesas foram desbaratadas, a atuação dos partidos políticos ficou bastante limitada. Houve algumas tentativas de organização dos trabalhadores rurais, via instalação de alguns focos de guerrilha rural. Desses, o mais importante, pela amplitude da área de abrangência e pela capacidade de resistência, foi a guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B. A repressão foi implacável, conseguindo o aniquilamento do foco guerrilheiro.

É nesse contexto de forte repressão, que a partir da atuação do chamado clero progressista foi sendo gestada uma retomada das organizações dos trabalhadores rurais. Embora a organização sindical continuasse atuando, a sua ação não só passou a ser estreitamente vigiada, como também sofreu um forte processo de cooptação por parte do aparelho militar.

Na verdade, os sindicatos rurais passaram a ser uma sucursal do sistema previdenciário, em particular após a criação do FUNRURAL, providenciando as aposentadorias dos trabalhadores idosos e prestando assistência médica e odontológica nos ambulatórios implantados pelo sistema previdenciário oficial. Se o movimento sindical encontrava-se dominado e subordinado aos interesses do estado militar, por outro lado os problemas do campo aceleravam-se, em decorrência do processo de modernização da agricultura que estava em curso. A agudização dos problemas sociais no campo vai levar alguns membros do episcopado e do clero brasileiro a se posicionarem de forma clara pela reforma agrária.

No caso do Nordeste, merece ser lembrada a atuação da Ação Católica Rural (ACR), que sob a coordenação do Padre Joseph Servat realizou um trabalho de formação de grupos de trabalhadores rurais nas diferentes dioceses do Nordeste. Embora esse trabalho não tenha resultado em nenhuma mobilização de massa, ele foi importante para a organização de movimentos que se constituíram posteriormente, a exemplo da resistência camponesa no Maranhão, no início da década de 70 (CONCEIÇÃO: 1979). Da mesma forma, o trabalho da Juventude Agrária Católica (JAC), coordenado no nordeste pelos então padres

Nelson Araújo e Carmil Vieira, embora não tenha podido se constituir em um movimento de massa aberto, em virtude, seja da repressão, seja das dificuldades encontradas junto à hierarquia da Igreja Católica, irá também contribuir para a formação de lideranças que vão se mostrar importantes na continuidade da luta, seja através do movimento sindical, seja através das novas formas de atuação da própria Igreja, a exemplo da CPT.

Em virtude da expansão da fronteira agrícola nacional em direção às regiões Norte e Centro-Oeste, fortemente orientada e sustentada pela ação do Estado brasileiro, acentuaram-se as formas de exploração do trabalhador rural, bem como a atração/expulsão dos trabalhadores rurais na área de fronteira. A partir dos anos 60, intensificou-se o processo migratório para essas regiões, sendo o trabalhador objeto de freqüentes deslocamentos espaciais, muitas vezes forçados. Paralelamente à expansão da fronteira amazônica, ocorriam também mudanças significativas na agricultura das demais regiões brasileiras, resultando na expropriação / expulsão dos trabalhadores rurais da terra. No Sul e Sudeste, seria intensificada a expansão da soja, implicando na reconcentração da propriedade fundiária e na liberação de mão-de-obra da agricultura. No Nordeste, a expansão da pecuária subsidiada pelo crédito oficial e pelos incentivos fiscais vai ser reforçada pelo crescimento da lavoura canavieira (principalmente após 1975, com a criação do Proálcool), resultando num intenso processo de expulsão da população rural.

Diante desses fatos, em várias dioceses do Brasil, começa um engajamento da Igreja na defesa dos interesses e dos direitos dos trabalhadores rurais. Várias figuras do episcopado brasileiro vão se destacar nessa luta, podendo-se citar Dom Pedro Casaldáliga (São Félix do Araguaia), Dom José Maria Pires (João Pessoa), Dom Antônio Frago (Crateús), Dom Francisco Austragésilo (Afogados de Ingazeira), Dom Hélder Câmara (Recife), Dom Tomás Balduino (Goiás Velho), Dom Fernando Gomes (Goiânia), etc. Face ao contexto político da época, essas experiências localizadas passam a sofrer uma forte repressão, seja por parte do Estado, seja por parte dos grupos privados, particularmente, nas regiões amazônica e nordestina. Surge, então, a necessidade de dar organicidade aos trabalhos que estavam sendo realizados isoladamente, inclusive como mecanismo de enfrentar a repressão estatal e privada. É nesse contexto que nasce a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975.

A respeito da origem dessa Comissão, escreve José de Souza Martins: “A CPT nasce num momento extremamen-

te difícil da história social e política brasileira. Não é um acontecimento isolado por suas implicações. Embora tenha várias origens localizadas, claramente conhecidas, ela se liga a um conjunto de circunstâncias e processos, de valores, que fazem de sua origem um ponto de inflexão na história do país ... A CPT nasce num dos momentos mais cruéis da história dos trabalhadores rurais deste País. Ela nasce no momento em que a expansão territorial do grande capital em direção à Amazônia se faz a custa do genocídio das populações indígenas e à custa do massacre das populações camponesas; se faz através de expulsões e despejos violentos efetuados por particulares, através dos assassinatos indiscriminados e não punidos, através de todo o tipo de patifaria que se possa imaginar, contra a dignidade humana.” (1997: 70).

A partir da sua criação, a CPT tornou-se a grande força de organização e de mobilização dos trabalhadores rurais na luta pelo direito de permanecer no campo, face a crescente investida do capital na agricultura, que redundava na expropriação e na expulsão do pequeno produtor direto e do trabalhador rural do campo. Em torno da ação da CPT, agregaram-se aquelas forças sociais que, face à repressão sobre os partidos políticos e outras organizações de esquerda, não encontravam canais que propiciassem uma participação social transformadora.

No final dos anos 70, começa a se fortalecer o movimento de oposição às lideranças sindicais que se estabeleceram durante o regime militar. A realização, em 1979, em Brasília, do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais é um marco desse movimento. Ao assumir o controle de alguns sindicatos, particularmente naquelas áreas onde havia ocorrido uma maior expansão do trabalho assalariado, essa nova liderança vai rearticular o movimento dos trabalhadores rurais em torno das questões estritamente trabalhistas. Um bom exemplo disso é a organização das greves dos trabalhadores canavieiros no Nordeste e na zona açucareira paulista. (MEDEIROS: 1989; SINGAUD: 1979 e MOREIRA: 1997).

Além da reorganização do movimento sindical, o início dos anos 80 vai assistir também ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Segundo STEDILE (1997: 102-104), três forças sociais vão dar origem ao MST: a primeira, o trabalho pastoral realizado pela CPT; a segunda, o movimento de oposição sindical; a terceira, a ação de “lutadores sociais” que viam na luta pela reforma agrária uma forma de luta contra o regime militar. A constituição formal do movimento ocorre no Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel (PR), em janeiro de 1984. O objetivo central do MST

é, portanto, a luta pela reforma agrária no Brasil. Reforma que deveria apresentar as seguintes características: subordinação da propriedade à justiça social; produção agropecuária voltada para a segurança alimentar e para o desenvolvimento econômico e social do trabalhador; apoio à produção familiar, através de disponibilização de créditos, de preços justos e de seguro agrícola; desenvolvimento de tecnologia adequada à pequena produção; melhoria das condições de vida com acesso dos trabalhadores à educação, à cultura e ao lazer STEDILE (1997: 108).

3.4. REDEMOCRATIZAÇÃO, NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A AÇÃO DO ESTADO.

Em 1985, com a posse de José Sarney, inicia-se a chamada Nova República, encerrando-se o regime militar. Uma dos compromissos de campanha de Tancredo Neves, reafirmado em entrevista após a eleição, foi a realização da reforma agrária. As escolhas de Nelson Ribeiro para o ministério da Reforma Agrária e a de José Gomes da Silva para a presidência do INCRA eram vistas como sinal de que afinal alguma coisa iria ser feita. José Sarney, ao assumir a presidência, dado o impedimento de saúde do candidato eleito e, logo em seguida, de sua morte, reafirma a determinação de dar continuidade ao compromisso assumido e aos planos já traçados por Tancredo. Em maio de 1985, por ocasião da abertura do IV Congresso da CONTAG, o Presidente da República lança a Proposta do Plano de Reforma Agrária da Nova República. O plano proposto cobria o período de 15 anos, prevendo a desapropriação de 481,2 milhões de hectares e o assentamento de 7,1 milhões de famílias. Nos primeiros quatro anos, era meta assentar 1,4 milhões de famílias, em 43 milhões de hectares (INCRA: 1985).

O lançamento da Proposta para a Elaboração do PNRA colocou na ordem do dia a discussão sobre a reforma agrária no Brasil. Por via das conseqüências, ensejou o recrudescimento dos movimentos sociais, tanto por parte dos trabalhadores, quanto por parte dos proprietários de terra. Do lado dos proprietários, tem-se a formação da União Democrática Ruralista (UDR), em agosto de 1985, com a finalidade expressa de “fazer pressão para que o governo pense duas vezes antes de meter-se a desapropriar terras”, conforme declaração de um de seus fundadores à Revista Veja (nº 928, de Agosto de 1986). Rapidamente, a UDR espalhou-se por todos os estados da Federação, mobilizando os proprietários para impor modificações na Proposta lançada em maio. A eficiência dessa organização foi tal que o documento, finalmente aprovado em dez de outu-

bro de 1985 após sofrer 12 versões, passou a receber elogios dos proprietários rurais e a sofrer severas críticas por parte dos trabalhadores rurais que, inicialmente, ainda que com reservas, lhe tinham dado sustentação.

Ao lado dos trabalhadores rurais, agregaram-se várias forças sociais tais como: MST, CPT, OAB, CONTAG, ABRA (Associação Brasileira para a Reforma Agrária), CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), etc. (GRAZIANO DA SILVA, 1985: 18-24). Embora se colocassem favoravelmente ao Plano, as dissensões entre essas forças não lhes possibilitaram “sugerir nada de substancial para agregar, restringindo-se, basicamente, à defesa da proposta governamental” (SOUZA, 1998: 60).

Durante o processo de discussão do PNRA, ocorreu também o acirramento das tensões no campo, seja pelo aumento das ocupações, seja pela reação armada dos proprietários. Com efeito, de janeiro de 85 a junho de 86, o número de conflitos pela posse da terra no Brasil elevou-se a 968, envolvendo cerca de 576 mil agricultores e tendo sido cometidas 270 mortes de trabalhadores ou de agentes de apoio à luta, tais como advogados, religiosos, sindicalistas etc. (GALINDO e LESSA, 1990: 92-95).

A discussão sobre a reforma agrária, iniciada com o lançamento do PNRA, vai desembocar na Assembléia Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987. As forças conservadoras, contrárias à Reforma Agrária e que conseguiram eleger um número expressivo de deputados constituintes, aglutinaram-se em torno do chamado “Centrão”, conseguindo impor um grande retrocesso ao que estava estabelecido pelo direito constitucional brasileiro⁴. Embora o artigo 184 da Constituição tenha mantido o princípio da desapropriação de terras para fins de reforma agrária, caso o imóvel rural não estivesse cumprindo a sua função social, a Constituição introduz alguns princípios que se tornarão impeditivos para uma ação mais contundente em relação à política agrária, a saber:

- a) reintroduz o critério da indenização prévia, que havia sido eliminado pelo AI-9;
- b) determina que as benfeitorias sejam indenizadas em dinheiro;
- c) considera insuscetível de desapropriação as terras produtivas, deixando inteiramente em aberto o que seja terra produtiva (Art. 185);

d) deixa vagos e ambíguos os critérios para determinar a função social da propriedade fundiária (Art. 186).

O poder de pressão da bancada ruralista sobre o governo Sarney vai se manifestar também no sensível retrocesso do governo em relação à aplicação da política agrária definida pelo PNRA. Com efeito, “no período de 03/1985 a 07/1989, o INCRA foi submetido a 6 (seis) dispositivos legais que alteraram sua estrutura administrativa. Apenas para relembrar: houve a criação do MIRAD (30/04/85), a extinção do INCRA (21/10/87), a criação do INTER (22/10/87), a extinção do MIRAD (20/03/89), o restabelecimento do INCRA (28/06/89) com vinculação ao Ministério da Agricultura e ainda, o Decreto nº 97.978 de 19/07/89 que dispunha que a Autarquia fosse dirigida por um Presidente e seis Diretores. Acrescente-se que entre efetivos e interinos passaram pelo MIRAD 7 (sete) ministros e pelo INCRA 12 (doze) presidentes” (SOUZA, 1998: 71).

Não obstante os ganhos expressivos da oligarquia rural, assiste-se nesse período à consolidação e expansão do MST. Se, durante a ditadura, a CPT⁵ desempenhou uma função primordial de aglutinação e de sustentação da luta dos trabalhadores rurais, a partir da Nova República, esse papel vai ser cada vez mais desempenhado pelo Movimento dos Sem Terra. Convém ressaltar que a importância do MST no cenário político e social brasileiro ultrapassou os limites da realidade rural. Durante toda a década de 90, quando o Brasil se compõe efetivamente com as diretrizes do chamado “Consenso de Washington” e é imposta a política de subordinação nacional aos ditames do capital transnacional (iniciada no governo Fernando Collor e consolidada no governo Fernando Cardoso), o MST vai se constituir na grande força social de arregimentação de massas, estando presente em todos os momentos de confronto e de oposição à política de “desmonte da nação”, praticada por aqueles governos.

O processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais a partir da Nova República vai se traduzir em números efetivamente expressivos, como podem ser observados na Tabela 1. De um modo geral, pode-se constatar que os conflitos foram mais significativos durante a Nova República e durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Durante o governo Collor, houve um arrefecimento dos conflitos, resultado do processo de des-

⁴ Para uma discussão mais detalhada dos debates sobre a reforma agrária na Assembléia Constituinte, veja GOMES DA SILVA (1987 e 1989) e SOUZA (1998).

⁵ Em relação à atuação da Igreja Católica, vai ocorrer um progressivo retraimento, à medida que avança o combate do Vaticano (leia-se de João Paulo II) à Teologia da Libertação.

mantelamento que então se abateu sobre os movimentos sociais de uma forma geral, e sobre os movimentos rurais de modo particular. De fato, o apoio popular conseguido pelo governo Collor, em virtude do combate à inflação e aos “marajás”, no primeiro ano do seu mandato, e a forma coercitiva com que tratou a questão social, colocaram os movimentos sociais contra a parede, pois as reivindicações passaram a ser vistas ora como manutenção de privilégios, ora como promoção de baderna.

A expressividade da luta é manifesta por qualquer dos quatro indicadores apresentados na tabela 1. Chama a atenção, de modo especial, a violência que envolve os conflitos em suas diferentes fases. Sem esquecer a violência que se abate sobre as famílias nos momentos de expulsão da terra, são numerosos os casos de ameaça de morte, tortura e assassinatos (entre 1995 e 1998 foram registradas 904 mortes de camponeses, líderes sindicais e agentes de sustentação à luta). Tais atos de violência estão atrelados “à certeza da impunidade, na fragilidade do Poder Judiciário e da convivência deste com o Poder Político Local” (CPT: 1998).

Sem sombra de dúvidas, a presença da CPT e, sobretudo, do MST, durante a década de 90, foi o fator propulsor da expansão do processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária durante o governo

FHC. Essa pressão propiciou, de fato, a mais expressiva ação social já realizada no campo brasileiro. Apesar do avanço, o total da área desapropriada até 1999 representava menos de 5% da área dos estabelecimentos rurais existentes no Brasil. Vale dizer que ainda resta muito a ser conquistado no campo da redistribuição da propriedade fundiária.

Se é importante continuar nesse caminho, é preciso desenvolver pressões, no sentido de garantir as condições mínimas necessárias, de modo a tornar economicamente viável os projetos de assentamento já instalados. Nesse sentido, algumas conquistas foram obtidas por parte dos movimentos dos trabalhadores. Entre estas, merecem destaque o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), o Projeto Lumiar para prestação de assistência técnico-social aos Projetos de Assentamento, e o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), objetivando desenvolver uma proposta pedagógica apropriada para as áreas de assentamento. A execução de tais medidas tem sido fundamental, ainda que insuficiente. É fundamental, por exemplo, que sejam discutidas e implementadas políticas que propiciem garantias de preço mínimo, de canais de comercialização azeitados, de modo a permitir a superação dos atuais canais de intermediação da comercialização, que representam, efetivamente, uma extração do sobre-trabalho familiar pelo capital comercial.

Após a reeleição, no entanto, têm-se percebido significativos recuos por parte do governo federal em relação à sua política agrária. São indicativos desse recuo os seguintes aspectos:

a) extinção do PROCERA, passando os beneficiários da política agrária a terem acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo sido criada uma linha de crédito específica para os assentados. Aparentemente, tal medida não afetaria em nada o crédito para essa clientela. No entanto, houve mudanças na política de liberação de créditos, dando mais autonomia ao sistema bancário com a extinção da comissão que julgava os projetos, por

Tabela 1: Brasil – Conflitos de terra, pessoas envolvidas, áreas conflitivas e número de pessoas mortas. 1985 – 1999.

Anos	Número de conflitos	Pessoas envolvidas	Área conflitiva	Pessoas mortas
1985	636	405.456	9.557.902	125
1986	634	594.448	12.615.947	105
1987	582	667.177	17.633.879	109
1988	sd*	sd	sd	93
1989	601	sd	sd	66
1990	401	191.500	13.835.756	81
1991	383	242.196	7.037.722	49
1992	361	154.223	5.692.211	46
1993	361	252.236	3.221.252	42
1994	379	237.501	1.819.963	36
1995	440	318.458	3.250.731	39
1996	653	481.490	3.395.657	46
1997	658	477.105	3.034.706	29
1998	754	662.590	4.060.181	47
1999	832	107.968**	3.685.178	27

Fonte: CPT - Conflitos no Campo Brasil - 1987, 1991, 1998, 1999

*sd - sem informação disponível; **Número de Famílias

um lado, e estabelecendo tetos máximos de financiamento para os assentados. Além do mais, os trabalhadores assentados passaram a concorrer com os demais pequenos produtores rurais pelo total dos recursos creditícios disponibilizados;

- b) restrições gradativas ao projeto Lumiar, materializadas no atraso do pagamento dos técnicos, na eliminação das equipes de supervisão externa e na criação de comissões estaduais, para avaliarem o trabalho das equipes locais. Esse último ponto pode parecer uma medida absolutamente procedente, não fossem os membros dessas equipes designados através de portaria ministerial, que incluía representantes da secretaria estadual de agricultura e da EMATER, entidades que por razões óbvias posicionaram-se contrariamente ao Projeto Lumiar, desde o início da sua criação. O governo terminou por extinguir o Projeto;
- c) a criação do Programa Banco da Terra, ou seja a implantação da chamada “reforma agrária de mercado”. Os recursos para o Banco da Terra foram conseguidos pelo governo através da aprovação do Congresso Nacional, no final de 1998, de crédito especial da ordem de 122 milhões de reais, o que foi complementado através de empréstimo junto ao Banco Mundial, no valor de 1 bilhão dólares, com igual contrapartida do governo brasileiro. Através desse Programa, o governo federal abre uma linha de crédito para minifundistas e trabalhadores sem terra que queiram adquirir uma pequena propriedade. O principal efeito desse Programa foi o aquecimento do mercado de terras, ao mesmo tempo em que, ao reduzir os recursos para desapropriação, vai liberando o latifúndio das pressões das ocupações (CARVALHO: 1999);
- d) a estruturação do processo de descentralização da política agrária, que assume vários contornos: reorganização da estrutura do INCRA; estadualização e municipalização da política agrária, com objetivos claros de descaracterizar o caráter nacional, tanto da política agrária, quanto dos movimentos sociais organizados, que têm na luta pela terra a sua principal bandeira reivindicatória, particularmente do MST;
- e) Além dessas medidas de caráter técnico-administrativo, o governo federal tem aberto uma frente de ataque político aos movimentos sociais do campo, principalmente ao MST, buscando passar para a opinião pública a imagem de que, além de baderneiros, os movimentos são também corruptos, pois estariam se apropriando dos recursos públicos. Desse modo, à velha e

surrada qualificação atribuída pelas forças reacionárias aos movimentos sociais, o governo dito social-democrata busca colar uma nova pecha àqueles movimentos, no intento claro de desqualificá-los perante a nação que, até então, embora os visse com desconfiança, manifestava respeito em relação aos mesmos. Exemplifica essa nova investida, tanto a criação de uma CPI para apurar supostas irregularidades na aplicação dos recursos do PROCERA, bem como edições sucessivas da Revista Veja, contendo matérias de capa contra o MST, matérias essas contratadas por membros do governo, como descoberto posteriormente.

- f) edição de medidas provisórias, seja instrumentalizando a polícia federal para coibir os movimentos sociais, seja eliminando a possibilidade de desapropriação de terras ocupadas, seja ainda criminalizando as ações dos movimentos sociais no campo, transpondo para a alçada do judiciário o que antes era objeto de negociação política.

No atual estágio da luta pela redistribuição da propriedade da terra e, em conseqüência, da riqueza no campo, pelo menos três pontos merecem ser destacados:

- a) apesar dos avanços registrados no final do século XX, no tocante ao processo desapropriatório, a estrutura da propriedade fundiária brasileira ainda é fortemente concentrada, merecendo uma ação corretiva mais decisiva por parte das instâncias governamentais. Na verdade, o total de terras desapropriadas ainda não representa 5% do total da área dos estabelecimentos rurais;
- b) a luta pela posse da terra deve ser acompanhada pela luta pelas condições que permitam a permanência na terra conquistada, isto é, pela definição de políticas creditícias, de prestação de serviços, de assistência técnica, de comercialização e preços mínimos. Enfim, pela conquista daquelas condições que permitam o fortalecimento da agricultura familiar. Dizendo de outra forma, se a agricultura familiar for deixada sob a regulação exclusiva dos mecanismos do livre mercado, ela pode tender a desaparecer. A experiência da permanência da pequena produção agrícola em alguns países desenvolvidos testemunha a necessidade do apoio governamental para a sua sustentação;
- c) há fortes indícios indicando o arrefecimento da capacidade organizativa dos trabalhadores após o assentamento. Mais do que isso, observa-se claramente uma tendência das oligarquias locais cooptarem as lideranças (ou imporem novas lideranças) dos trabalhadores assentados, ampliando as suas estratégias de permanência no poder. Em

vez da democratização da propriedade fundiária representar uma efetiva possibilidade de ampliação da participação popular nas estruturas do poder, corre-se o risco da permanência, agora ampliada, das velhas “artes e manhas” do poder conservador no campo.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A abolição e reforma agrária*. São Paulo, Editora Ática, 1987.
- AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Lourdes, MIELE, Neide e GODOY, Rosa (orgs) *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.
- BENEVIDES, César. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.
- CPT. *Conflitos no Campo* – 1987.
- CPT. *Conflitos no Campo Brasil-1991*. Goiânia, CPT/Edições Loyola, 1991.
- CPT. *Conflitos no Campo Brasil-1998*. Goiânia, CPT, 1998.
- CARVALHO, Horácio Martins de. “Banco da Terra: o banco para os donos da terra”. In *Terra*, São Paulo, Ano II, nº 6, janeiro/março, 1999.
- CONCEIÇÃO, Manuel. *Cette terre est à nous*. Paris, François Maspero, 1979.
- GALINDO, Osmil e LESSA, Sônia. “O Plano Nacional de Reforma Agrária”. In PESSOA, Dirceu (org) *Política Fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife, Ed. Massangana, 1990.
- GOMES DA SILVA, José. *Caindo por terra*, São Paulo, Busca Vida, 1987.
- GOMES DA SILVA, José. *Buraco Negro: A reforma Agrária na Constituinte*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- INCRA. *Proposta para elaboração do 1º PNRA*. Brasília, 1985.
- JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1990.
- LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64*. Londrina, Ed. UEL/ Ed. Da Universidade Federal da Paraíba, 1996.
- MARTINS, J. de S. “O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil”. In CPT, *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo, Ed. Paulus, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989
- MORAIS, Clodomir. “Las ligas campesinas del Brasil”. In *Organizaciones campesinas en América Latina*. Honduras, PROCCARA, INA, C.A, 1976.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.
- PRADO, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1957.
- SIGAUD, Lygia. *Os encontros camponeses*. Recife, PIPSA / FGV-FORD, mimeo, 1979.
- SILVA, Hélio. *A fuga de João Goulart: 1962/63*. São Paulo, Editora Três, Edições Isto É, 1998
- SOUZA, Francisco de Assis Varela de. *Reforma Agrária: da questão histórica à implementação dos assentamentos rurais na Paraíba*. João Pessoa, CME/UFPB, dissertação de mestrado, 1998.

STEDILE, João Pedro. "A luta pela reforma agrária e o MST". In STEDILE, João Pedro (org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

TAVARES, Mirela. "Pau de Colher: quando o sertão viu lágrimas". In *Revista Sem Terra*. São Paulo, Ano II nº 6, 1999.

WANDERLEY, M. N. BAUDEL. *L'économie sucrière de Pernambouc*. Nanterre, Université de Paris X, Thèse de Doctorat de 3ème Cycle, 1975.